COMPLETAMENTE LEGAL E PRIVADO?

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 24 de julho de 2026

"O senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ) negou, em vídeo publicado nesta quarta-feira (22/7) nas redes sociais, ter trabalhado para a Copenhagen Consultoria e Assessoria S.A., empresa de fachada usada por Daniel Vorcaro para movimentar R$ 58 milhões do Banco Master. Ele não explicou, contudo, por que emitiu as notas fiscais em favor da firma para um serviço que nem sequer teria aceitado fazer.

Conforme revelou a coluna, o escritório de advocacia de Flávio Bolsonaro emitiu, em 7 de abril de 2025, duas notas fiscais, cada uma no valor de meio milhão de reais, em favor da Copenhagen. As notas foram canceladas logo em seguida.

Dois dias depois, em 9 de abril, o escritório de Flávio faturou uma terceira nota, também de R$ 500 mil, desta vez em favor da Contábil Correa, cujo sócio-administrador é Rogério Lourenço Novo, diretor da Copenhagen. Nesse caso, não há registro de cancelamento.

'Hoje o Metrópoles fez uma matéria criminosa querendo marginalizar a advocacia. Eu fiz um trabalho para uma empresa, fui contratado para isso, prestei serviços advocatícios. Tudo certo. Relação completamente legal e privada', disse o senador, em vídeo publicado nas redes sociais" (fonte: metropoles.com.br).

Francisco Leali, em sua coluna no Estadão (endereço eletrônico: estadao.com.br), acrescentou:

“Agora, sabe-se que a Flávio Bolsonaro Sociedade Individual de Advocacia emitiu, entre 2021 e 2025 pelo menos 41 notas fiscais. Três delas vieram a público. Uma, no valor de R$ 500 mil, seria fruto de uma consultoria jurídica. Outras duas, de mesmo valor, foram emitidas, mas canceladas na sequência.

O que tem de relevante nisso? As notas foram emitidas para empresas que estão vinculadas ao caso Master.

Até aqui o senador fez muito pouco para explicar a transação. Uma nota oficial, um vídeo e uma live em rede social. Neles pragueja contra quem quer criminalizar sua atividade como advogado, fala em perseguição para afastar a família Bolsonaro da presidência. Mas o que realmente interessa Flávio não conta.

O senador prestou consultoria a empresas e recebeu por isso durante o governo de Jair Bolsonaro?

Os serviços tinham relação com a gestão do pai?

Quem são os clientes para quem o senador emitiu notas fiscais?

Que tipo de serviço prestou?

Deu consultoria de verdade ou apenas aconselhamentos de boca por R$ 500 mil?

Onde estão as provas de que o serviço existiu e foi prestado?

Até agora só se conhecem três notas fiscais. E as outras 38? Há novas notas neste ano de campanha eleitoral?

A lista de perguntas é longa. As respostas ainda não apareceram".

Esse episódio, mais um "enrosco" do Senhor Flávio Bolsonaro, me lembrou os meus primeiros anos de atividade funcional. Atuei em um caso inusitado.

Algumas empresas de grande porte deduziram como despesas, reduzindo o imposto de renda a pagar, vários pagamentos por serviços de consultoria comercial. Os contratos eram verbais, não existiam relatórios ou outros documentos produzidos pela consultoria "contratada" e os valores pagos tinham ordens de grandeza diversas chegando até os centavos (algo assim: R$ 1.234,85; R$ 29.658,37 e R$ 239.541,39).

Lembro de uma audiência relacionada à produção de provas sobre o citado caso. O representante da empresa simplesmente não se recordava dos nomes dos interlocutores na empresa de consultoria. Em alguns momentos, mencionou que a consultoria envolvia a colocação de produtos no mercado interno. Em outras oportunidades, falou de uma suposta ajuda técnica em relação à atuação no mercado exterior. Também não soube explicar como foram realizados os cálculos para encontrar os valores pagos.

Sintomaticamente, o magistrado condutor da aludida audiência, em conversa informal depois do ato processual, deixou escapar a seguinte observação: "o cabra mentiu descaradamente".

Há muito tempo, diversos tipos de serviços de consultoria são utilizados como fachada para negócios ilícitos. As práticas mais comuns incluem a redução indevida de tributos, o pagamento de propina e a compra de influência com finalidades inconfessáveis.

Em relação ao Banco Master e suas “estranhas transações”, observei os seguintes registros na grande imprensa:

> “Dedicado patrocinador de eventos lobistas, o Master sempre soube contratar consultores. Só em ‘consultoria jurídica’ foram empregados cerca de R$ 250 milhões em 2024. A banca tocada pela esposa de Alexandre de Moraes prestou-lhe serviços. Ricardo Lewandowski também, no intervalo entre sair do STF e se tornar ministro da Justiça de Lula. Outro consultor: Guido Mantega” (fonte: estadao.com.br).

> “O Banco Master desembolsou mais de R$ 500 milhões em honorários advocatícios nos últimos 24 meses, segundo fontes com acesso aos números da instituição. O montante reflete a estratégia do banqueiro Daniel Vorcaro de formar um time de defesa robusto em meio a investigações.
>
> Em 2024, o banco registrou R$ 580 milhões em gastos com ‘serviços técnicos especializados’, alta de 75% sobre 2023. As notas explicativas confirmam que o incremento de quase R$ 250 milhões veio principalmente de consultoria jurídica.
>
> Entre os contratados estão o escritório Barci de Moraes, onde trabalham familiares do ministro Alexandre de Moraes, o ex-presidente Michel Temer e o jurista Ricardo Lewandowski como consultores, além dos advogados Walfrido Warde, Roberto Podval e Pierpaolo Botini” (fonte: bpmoney.com.br).

Como disse o Senhor Flávio Bolsonaro: “tudo certo. Relação completamente legal e privada”.

Digo eu: incontáveis meliantes escapam da justiça terrena, intrinsecamente falha porque humana. Entretanto, da justiça divina, infalível e inexorável, ninguém escapará.